

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I – A Lei Maria da Penha Inscreve uma Página na História das Mulheres.....	11
1.1 Uma breve explicação	11
1.2 Violência: a instabilidade e complexidade de um conceito.....	11
1.2.1 A violência como uma das faces da opressão, por Young (1990)...	14
1.3 O caso 12.051, CIDH/OEA - Maria da Penha versus Brasil.....	17
1.3.1 O cenário que antecede à sanção da Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)	24
1.4 A história das mulheres e as mulheres na história do direito.....	27
1.4.1 História das mulheres de tradição cultural europeizante.....	29
1.4.2 Fragmentos recentes da história das mulheres no Brasil no combate à violência doméstica e familiar	35
1.5 A Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).....	39
1.5.1 A cooperação política das organizações feministas por Justiça.....	41
1.5.2 As inovações trazidas pela Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)	44
1.5.3 Igualdade de gênero e não discriminação.....	51
1.5.4 Uma questão cultural.....	61
Capítulo II – O Exercício e a Conservação do Poder nas Relações de Gênero.....	65
2.1 A formação do pensamento político: o poder e o lugar das mulheres....	69
2.1.1 A política, as mulheres e a família em Aristóteles	71
2.1.2 A época moderna.....	74

2.1.2.1 John Locke.....	75
2.1.2.2 Jean-Jacques Rousseau.....	80
2.2 Da degeneração do poder em dominação	85
2.3 Críticas feministas às teorias políticas	89
2.4 O poder: análise de Amy Allen sobre a produção feminista	92
2.4.1 Concepções de poder nas teorias feministas, por Amy Allen.....	94
2.4.2 Revisão de Michel Foucault, por Amy Allen.....	97
2.4.3 Problema do poder: genealogia feminista do poder de Judith Butler, por Amy Allen.....	101
2.4.4 O poder da solidariedade: Hannah Arendt, segundo Amy Allen	105
2.4.5 Uma concepção feminista de poder, por Amy Allen	110
2.4.5.1 Ferramentas analíticas	114
Capítulo III – Alternativas Contra a Dominação: a Justiça De Gênero.....	121
3.1 Resistência à dominação.....	121
3.1.1 Direito à resistência: sobre o conceito na Teoria Política tradicional.....	122
3.1.2 A resistência e a solidariedade coletiva (ALLEN, 1999) das mulheres no Brasil e a mudança legislativa.....	126
3.1.3 As famílias como instituição política	129
3.2 Sobre possibilidades e bloqueios à emancipação	134
3.2.1 Sobre pensar a Justiça por meio da sua negação: a não implementação da Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)...	137
3.2.2 A criminologia feminista: lógica repressiva?.....	140
3.2.3 A competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	145

3.2.3.1 As recomendações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Violência contra a Mulher no Brasil.....	147
3.2.3.2 A competência híbrida dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e o Poder Judiciário....	148
2.3.4 O direito de acesso à Justiça.....	153
3.3 A busca por uma justiça de gênero.....	157
3.3.1 A dimensão tridimensional, segundo Fraser.....	159
3.3.2 Justiça anormal.....	161
3.3.3 Paridade participativa.....	163
Conclusão.....	167
Referências.....	175